GUERRAS NAPOLEÔNICAS

Marco Mondaini

Talvez não consista em exagero a afirmação de que o nascimento do mundo contemporâneo deu-se a fórceps, e menos ainda a de que as Guerras Napoleônicas tenham sido a forma desse instrumento cirúrgico que trouxe à luz nova realidade societária. Dito de outra maneira, as Guerras Napoleônicas foram uma "guerra de transição", a última guerra do "velho mundo" e a primeira guerra do "novo mundo".

Assim, a importância histórica das Guerras Napoleônicas vai além do restrito plano militar, tendo sido a sua experiência não desprezível até mesmo para o desenvolvimento do pensamento político contemporâneo. Dentro desse contexto ampliado, não foram poucas as frases que se tornaram clássicas na literatura política mundial tendo como referência histórica a obra política de Napoleão Bonaparte e as ações do seu Grande Exército.

Através das célebres expressões do general prussiano Karl von Clausewitz em *Da Guerra,* de 1832 ("a guerra não é mais que a continuação da política por outros meios") e do filósofo alemão Karl Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte,* de 1852 ("todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa"), o pensamento político do século XIX foi sendo progressivamente marcado pela obra de Napoleão, seus seguidores e herdeiros.

Das reflexões surgidas a partir da sua luta contra Napoleão nos campos de batalha, Clausewitz, em especial, não se limitou a inovar a arte da guerra. Sob a pressão dessa dura experiência, o general prussiano começou a observar guerra e política de uma maneira mais sintonizada, passando a primeira a ser pensada não apenas como "um ato político", mas sim como "um verdadeiro instrumento da política".[1]

Dessa forma, muito mais que um conjunto de sangrentos combates, as Guerras Napoleônicas foram o marco histórico de uma grande mudança rumo a um outro mundo.

A "DUPLA REVOLUÇÃO" E O NASCIMENTO DA CONTEMPORANEIDADE

O mundo contemporâneo é resultado direto de longo período de transição compreendido entre os séculos XIV/XV e XVIII/XIX. No decorrer dessa larga fase histórica, a sociedade feudal é substituída de forma progressiva pela sociedade capitalista. Então, três espécies de transformações pré-capitalistas começam a gestar muito lentamente nova estrutura social, a saber: a) a acumulação de capital; b) a liberação de mão-de-obra; c) os progressos da técnica aplicada à produção.[2] Em outras palavras, de maneira lenta, somas crescentes de capitais começavam a se concentrar nas mãos de um conjunto de indivíduos que viria a constituir o futuro empresariado capitalista, ao mesmo tempo que grandes contingentes de camponeses eram forçados a migrar rumo às cidades na expectativa de conseguirem sobreviver vendendo a única riqueza que lhes restara — sua força de trabalho —, e que eram dados os primeiros passos na direção do desenvolvimento científico-tecnológico voltado para o aumento da produção de mercadorias.

Localizadas nos marcos de um mundo ainda pré-capitalista, essas três transformações sofreriam um impulso monumental a partir da década de 1780. Nela, uma "dupla revolução"[3] começa a fazer nascer de maneira irreversível uma nova sociedade — a sociedade urbana, industrial e capitalista.

Com a Revolução Industrial (inglesa) e a Revolução Democrático-Burguesa (francesa) — os dois pólos da "dupla revolução" —, o tempo histórico sofreu impressionante aceleração, fazendo com que o arrastado ritmo da medievalidade fosse despedaçado, como que se o mundo estivesse sendo virado de ponta-cabeça.

Com a Revolução Francesa, o Antigo Regime é atingido em cheio, abrindo espaço para o sepultamento das estruturas feudais pelas forças do capital em formação, alinhadas momentaneamente aos reclamos antifeudais mais amplos oriundos das camadas mais empobrecidas da sociedade. Nas suas jornadas revolucionárias, os 22,5 milhões de franceses que pertenciam ao Terceiro Estado (o povo), questionaram de forma radical a iniqüidade contida no domínio exercido por parcos 500 mil indivíduos pertencentes ao clero e à nobreza.

O resultado das lutas iniciadas em 1789 não poderia ser mais subversivo. A noção mofada de soberania real é substituída pela renovada idéia de soberania popular. A velha ordem política assentada na realização dos desígnios divinos (o monarca como "eleito de Deus na Terra") sai de cena, entrando no seu lugar um ordenamento fundado na capacidade racional do homem de intervir na história de maneira autônoma.

Com a Revolução Industrial inglesa da segunda metade do século XVIII, abre- se espaço para a constituição da base material de novo modo de produção fundado no horizonte do lucro, que para ser alcançado em uma escala cada vez maior necessita de um aumento constante da produtividade. É uma situação muito longe de ser imaginada pela cultura do ócio da nobreza imperante na Idade Média, a qual era devidamente complementada pelo discurso religioso católico do sofrimento que purifica, direcionado para o homem pobre do campo.

Assim, as "forças da transformação" lideradas pela burguesia estabeleceram, tanto no campo político como no campo econômico, uma guerra de vida ou morte contra as "forças da

conservação” dirigidas pela aristocracia, o que não excluía o estabelecimento de acordos provisórios entre as duas forças quando o horizonte da mudança começasse a se projetar longe demais em sua radicalidade, ultrapassando assim seus limites históricos liberais.

No entanto, ao revolucionarem seus países, respectivamente nos campos da economia e da política, Inglaterra e França acabaram por dar forma a uma espécie de duelo entre Estados que dominou o cenário mundial até 1815. Nessa conjuntura, não foram poucas as ocasiões em que se recorreu ao estabelecimento de alianças com a Rússia, Áustria e Prússia, as forças mais implacavelmente favoráveis à reação. Isso, a fim de inviabilizar as tentativas hegemônicas do adversário.

Mesmo tendo uma significativa história de conflitos anteriores, a disputa entre França e Inglaterra ganha nova natureza após a “dupla revolução”. Até mesmo os embates anteriores travados entre ingleses e franceses em função do controle do mercado internacional ganham novas expressões a partir de 1789.

O conflito anglo-francês deixa de limitar-se às duas nações diretamente envolvidas e passa a envolver todo o continente europeu, com reflexos significativos no além-mar. Do outro lado do oceano Atlântico, as Américas sentiram com vigor os abalos provocados por uma guerra que começava a se aproximar perigosamente da “guerra total” (que viria a caracterizar as duas Guerras Mundiais travadas no século XX), na qual não apenas os corpos militares são atingidos, mas também as

populações civis.

Entretanto, a fim de se compreender as razões e a trajetória de cerca de 25 anos quase ininterruptos de guerras, é preciso voltar o olhar para as vicissitudes do processo revolucionário francês e sua influência sobre a realidade política atravessada pelos outros países europeus. Faz-se necessário, em suma, analisar as inúmeras revoluções ocorridas dentro de um único processo revolucionário, suas várias eras e as diversas fases das suas relações com a Europa.

A REVOLUÇÃO FRANCESA E A EUROPA

Muito da originalidade histórica que perpassa a Revolução Francesa deve-se ao fato de existirem, nas suas origens, três espécies de revolução, como se a Grande Revolução tivesse sido fruto de três revoluções menores que convergiram com todas as suas potencialidades de classe distintas entre si. Em outras palavras: três revoluções vinculadas a diferentes classes sociais, como que num cadinho no qual se misturaram interesses socioeconômicos e projetos político-ideológicos de natureza histórica diversificada.

Dessa forma, explodiram na França quase que simultaneamente, no final da década de 1780, três revoluções: a) uma "revolução aristocrática" que objetivava a descentralização além da autonomia local; b) uma "revolução burguesa" que visava extirpar os obstáculos existentes para a produção e afirmar o direito inalienável à propriedade privada; c) uma "revolução popular", de um lado urbana, voltada para a imediata melhoria das condições de existência e da situação do trabalho, e de outro lado rural, direcionada para a conquista da posse da terra e a erradicação da servidão.[4]

A visualização dessas três revoluções perpassando o processo revolucionário francês é de fundamental importância para a compreensão das idas e vindas que caracterizaram o curso mesmo daqueles acontecimentos que romperam de maneira tão radical com as arcaicas estruturas do Antigo Regime — acontecimentos esses que podem ser reunidos em três eras:[5]

- a "era das constituições" (1789-1792);
  - a "era das antecipações" (1792-1794);
  - a "era das consolidações" (1794-1815).

A caracterizar a primeira era, encontra-se a tentativa de estabelecimento de uma monarquia constitucional à moda inglesa, que acabará por desembocar na elaboração da Constituição de 1791, depois que os Estados Gerais do Antigo Regime se transformaram em Assembléia Nacional Constituinte. O objetivo central das suas principais lideranças consistia na reforma do Antigo Regime, destruindo os obstáculos feudais e os privilégios dos nobres e clérigos. Nesse período, a faceta civil dos direitos de cidadania prevalece sobre os aspectos políticos e sociais. Assim, enquanto a igualdade formal de todos os cidadãos perante a lei e o conjunto das liberdades e garantias individuais (liberdade de expressão, liberdade religiosa, liberdade de ir e vir etc.) são proclamados de maneira universal, a igualdade política é restringida em função da existência do voto censitário e da proibição do direito à associação.

No melhor estilo do pensamento liberal, a dar as cartas estão o individualismo possessivo e a defesa intransigente da propriedade privada. Esse é o momento da "revolução burguesa", que acontece simultaneamente à "revolução popular camponesa". Na verdade, uma "revolução burguesa-aristocrática" que via com grande medo o avanço das pressões camponesas.

Na segunda era, o eixo burguês-aristocrático desloca-se para o burguês- popular. Esse é o momento da revolução dos *sans-culottes,* portadores da tentativa de radicalização de um

processo ainda sob a égide burguesa, na direção da construção de uma sociedade igualitária em termos políticos e sociais, ou seja, colocando na ordem do dia conquistas que só começariam a ser concretizadas no decorrer dos séculos XIX e XX, por meio das lutas de democratas e socialistas. Nos anos de 1792-1794, são os jacobinos — precursores da causa socialista — a lutarem pela eliminação de todos os resquícios de natureza nobre ou burguesa, em meio a uma situação de guerra civil, na qual a "santa guilhotina" começa a alastrar o terror por todo o território francês. A paranóia crescente do período político conhecido como Convenção, arrastada pela política de purificação comandada pelo Comitê de Salvação Pública — instituição criada pelos jacobinos com o objetivo perseguir os supostos culpados pelos insucessos econômicos e reveses bélicos da Revolução —, não poderia resultar em outra coisa senão na eliminação física dos revolucionários pela própria Revolução.

A interrupção do Terror acontece em 27 de julho de 1794 (o 9 Termidor), quando a opção pela consolidação dos interesses burgueses derrota jacobinos e contra-revolucionários. A fim de garantir a afirmação definitiva da sociedade burguesa na França, o Diretório (1795-1799), o Consulado (1799-1804) e o Império (1804-1815) — as três fases políticas da Revolução Francesa que sucederam os

períodos da Assembléia Nacional Constituinte e a Convenção, tendo emcomum o objetivo de consolidar as instituições burguesas na França — fazem o chamamento a nova instituição com o intuito de manter a todo custo a ordem num país exausto de tanta desordem revolucionária, mas que parece não ter se dado conta de que no lugar das revoluções entrariam sucessivas guerras. A partir de então, é o Exército a tornar-se o corpo responsável pela unificação e pacificação da nação francesa. Um corpo que tem na figura do general/cônsul/imperador Napoleão Bonaparte sua mais perfeita expressão.

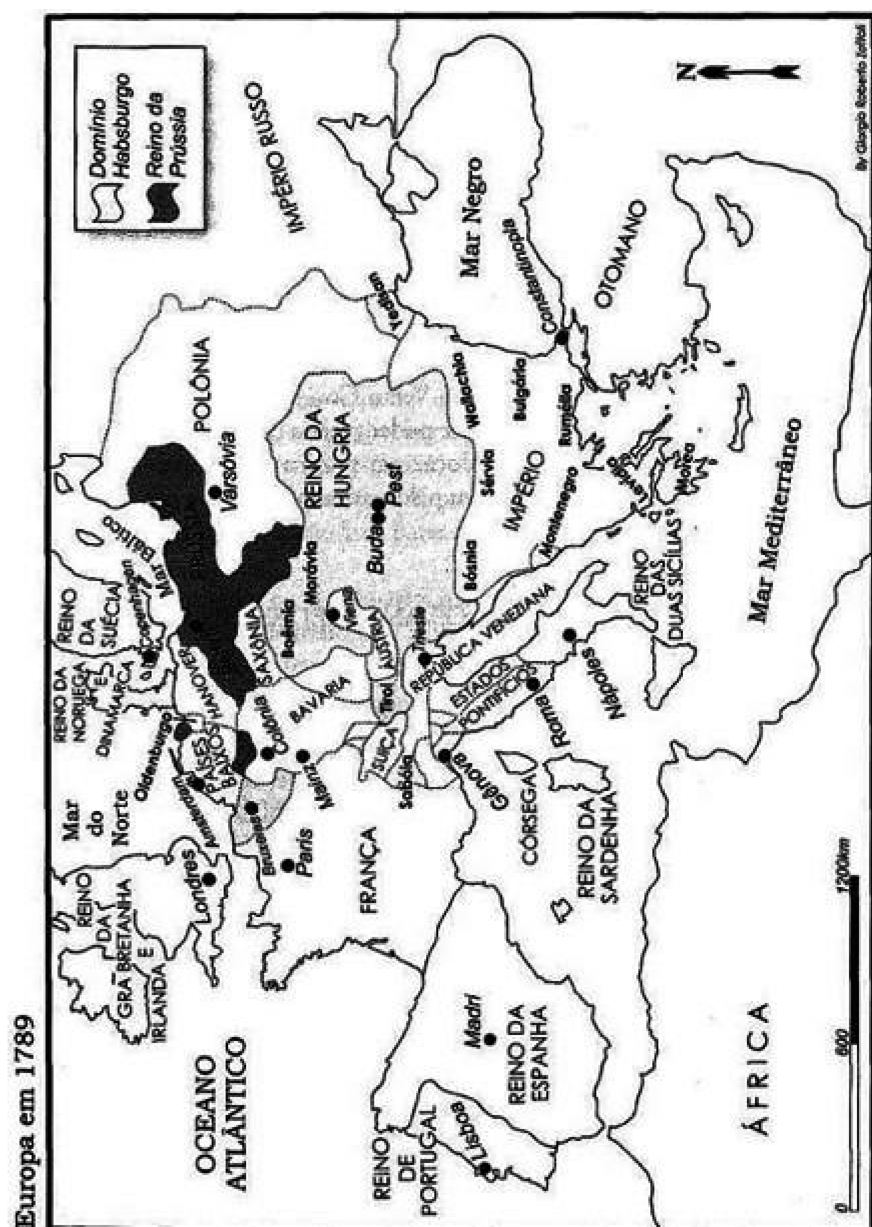
Articuladas com essas três eras, ainda que não coincidentes cronologicamente, encontram-se as três etapas das relações estabelecidas entre a Revolução Francesa e a Europa.

- Entre o estouro revolucionário, em julho de 1789, e a declaração de guerra à Áustria, em abril de 1792, a revolução deixa progressivamente de ser apenas francesa em virtude da forte expansão de movimentos inspirados pelos ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade por toda a Europa. A luta contra a série quase interminável de privilégios de príncipes, senhores feudais e bispos alastra-se a ponto de se poder falar de uma revolução da Europa Ocidental.
- De abril de 1792 até o golpe de Estado dado por Bonaparte, em novembro de 1799 (o 18 Brumário), a França revolucionária concretiza aquilo que já se encontrava no âmago do seu projeto histórico, isto é, a ruptura com os soberanos europeus. Vive-se, então, uma guerra entre revolucionários e déspotas, uma guerra ideológica que atravessa o interior de cada povo com uma linha divisória própria entre revolucionários e contra-revolucionários, batendo-se pela abolição ou manutenção do Antigo Regime.
- Com o "18 Brumário", a forte personalidade de Bonaparte passa a dominar o cenário europeu por completo, através da conjugação de guerra e administração, presença de tropas e ação de prefeitos. Até sua derrota final, na Batalha de Waterloo, em junho de 1815, Bonaparte conseguiu levar para além da margem esquerda do rio Reno e da

península itálica os princípios e instituições revolucionários, construindo assim um novo Grande Império.[6]

Foi exatamente nessa terceira etapa das relações entre a Revolução Francesa e a Europa que, de uma maneira arrebatadora, o general Bonaparte se transformou no imperador Napoleão, ao mesmo tempo em que a República Francesa se transmutou em Império Francês, o Império Napoleônico. Então, os ideais libertadores inicialmente presentes no projeto dos revolucionários franceses cedem espaço

aceleradamente à vontade expansionista de conquistar o maior número possível de territórios, submetendo suas populações ao jugo francês. **[pag. 194]**



Nesse momento, Napoleão pôs em prática toda a sua incontrolável ambição pessoal e política. A vontade de dominar toda a Europa, até seus últimos confins, levou-o não apenas à tentativa de reconstituir a obra de Carlos Magno, mas também à superação dos projetos expansionistas deste que foi o grande rei dos francos por mais de 45 anos (768-814),

chegando a ser coroado imperador de Roma pelo próprio papa, no Natal de 800.

Porém, a fim de ultrapassar o projeto de Carlos Magno, Napoleão teve de despedaçar a ordem geopolítica internacional fundada pelos tratados de Münster e Osnabrück, os quais deram um ponto final à Guerra dos Trinta Anos, em 1648. Comumente conhecidos pelo nome de Paz da Westfália, esses tratados assinalaram o término das guerras religiosas na Europa, ao mesmo tempo em que realizavam um reajuste do mapa do Velho Continente, delimitando suas fronteiras em função de nova balança de poder (veja o capítulo “A Guerra dos Trinta Anos”). Nesse sentido, ao colocar em prática seu empreendimento expansionista imperial, Napoleão jogou pelos ares um arranjo continental que se mantinha de pé há quase 150 anos.

AS “FRONTEIRAS NATURAIS” E OS ANTECEDENTES DO IMPÉRIO FRANCÊS

Ao tomar o poder em 10 de novembro de 1799 (18 Brumário do ano VIII da República Francesa), o general Bonaparte nada mais fez que cortar pela raiz os problemas que afligiam a burguesia chegada ao poder com o Diretório, em 27 de julho de 1794 (9 Termidor do ano II da República Francesa). Para a burguesia diretorial, era muito pouco agradável recolocar em discussão a estabilidade governamental alcançada na difícil luta contra o Terror jacobino, mantendo-se no poder indefinidamente sob as vestes de uma ditadura disfarçada.

Com Bonaparte como primeiro-cônsul, o Poder Executivo — investido de enormes poderes — submete por completo um Legislativo excessivamente incômodo, realizando magistralmente o princípio básico da constituição do ano VIII da República, enunciado por Sieyès: “a autoridade vem de cima e a confiança de baixo.” Com isso, realiza-se o desejo inicial do Diretório de “repor a ordem social no lugar do caos inseparável das revoluções”. Em poucas palavras, do Diretório ao Consulado, uma relação de continuidade se afirma, diferenciada apenas pelo grau de

concentração de poderes necessário a fim de garantir a consolidação social da burguesia. Substituindo uma República de Notáveis, a Ditadura Consular Napoleônica levará a níveis antes impensáveis o projeto de expansão das “fronteiras naturais” da França.[7]

Apesar das acaloradas discussões sobre o fato, é pouco plausível descartar por completo certa inspiração do projeto absolutista monárquico francês de expansão das suas fronteiras sobre o expansionismo implementado por Bonaparte durante os 15 primeiros anos do século XIX. Definida como “a extremidade de um reino, de uma província, que os inimigos encontram pela frente quando nele querem penetrar”, a idéia de fronteira legitimava plenamente as ações do rei que, por suas conquistas, ampliava as fronteiras do seu reino. Assim, Bonaparte levou até as últimas conseqüências a direção já indicada pela monarquia absolutista francesa, desde o século XVI.

Para os europeus, em especial os governantes alemães, durante anos foi recorrente o temor pelo impulso francês rumo à conquista das suas “fronteiras naturais”: os Pireneus como fronteira com a Espanha; os Alpes como fronteira com a Itália; e o Reno como fronteira com a Alemanha. No entanto, no início da Revolução Francesa, não fazia parte do projeto dos revolucionários a expansão do território francês.

O pacifismo dos revolucionários franceses é visível no decreto da Assembléia Constituinte de 22 de maio de 1790, intitulado “a paz para o mundo”. Nele, “a nação francesa renuncia a empreender qualquer guerra cujo objetivo seja a conquista e não empregará jamais suas forças contra a liberdade de qualquer povo”. Como corolário desse decreto, desenvolve-se muito rapidamente a defesa do direito dos povos à autodeterminação.

A virada de posicionamento dos revolucionários franceses dar-se-á a partir de 20 de setembro de 1792, após a célebre vitória na Batalha de Valmy, primeiro grande sucesso dos exércitos franceses na defesa contra os inimigos da Revolução. A partir de então, começa-se a falar sobre a necessidade da realização de anexações territoriais em nome das “fronteiras naturais”, com vistas à edificação de uma trincheira de “repúblicas irmãs”, que se alinhassem

à França na cruzada pela liberdade que se formava.

Desde então, a idéia das “fronteiras naturais” triunfa, passando a República Francesa a praticar uma política de anexação e ocupação. A proclamação de Danton perante a Convenção, em 31 de janeiro de 1793, parece retratar perfeitamente os novos tempos da política externa francesa: “Os limites da França são marcados pela Natureza. Atingi-los-emos pelo lado do Reno, pelo lado do oceano, pelo lado dos Alpes. Aí devem situar-se as fronteiras da nossa República”.[8]

Então, depois de uma primeira série de anexações pelas tropas republicanas (Sabóia, Nice, Bélgica e Renânia), entre o final de 1792 e o início de 1793, a República Francesa avança sobre a República Batava e principalmente sobre a península itálica, quando, já sob a influência decisiva do general Bonaparte, são criadas várias “Repúblicas irmãs”: a Cisalpina, a Liguriana, a Romana e a Partenopiana.

Desenvolvida entre abril de 1796 e abril de 1797, a “campanha da Itália” representou o grande trampolim da carreira de Bonaparte. No seu decorrer, o jovem general de apenas 27 anos demonstra toda a sua genialidade na arte militar, recuperando um exército quase que limitado à infantaria, formado por infantes tornados saqueadores em função da situação de penúria em que se encontravam. Ao sair vitorioso de uma situação completamente adversa, Bonaparte acabou se impondo como a solução para os males que a Revolução não conseguia resolver. A partir de então, o comandante-em-chefe do Exército da Itália passa a ser considerado o “filho pródigo” da Revolução, passando a intervir não somente nas questões militares, mas, cada vez mais, no plano político e na vida de todo um povo.[9]

No entanto, esse primeiro impulso rumo à conquista das “fronteiras naturais” sai do centro do palco provisoriamente, no início do Consulado de Bonaparte, em 1799, em função do desejo da maioria dos franceses de restabelecer a paz exterior no encerramento dos conflitos civis internos. Para tanto, o ainda jovem primeiro-cônsul de 30 anos obtém a confiança dos franceses devido a sua imagem de pacificador armado, conquistada na Campanha da Itália.

Já no início de 1801, a pacificação política interna é alcançada por meio do combate ao duplo extremismo de jacobinos (à esquerda) e de realistas (à direita). Alguns meses depois, em julho, chega-se à pacificação religiosa por intermédio de uma Concordata com o papa Pio VII, responsável pela reconciliação provisória entre

Igreja e Revolução.

No plano externo, após a vitória sobre os russos (1799), austríacos (1800) e napolitanos (1801), só restava a Bonaparte o acerto de contas com os ingleses a fim de que a paz voltasse a reinar na França e na Europa, superando o trauma de 1789. Para tanto, contaram a favor os acontecimentos políticos da Inglaterra.

Como fruto de uma crise política interna, o primeiro-ministro inglês, William Pitt, adversário implacável da Revolução Francesa, pede demissão em 3 de fevereiro de 1801. No lugar do “homem da guerra”, entra o liberal Addington, um “homem da paz”. O derradeiro obstáculo para o entendimento entre França e Inglaterra é afastado e, em 25 de março de 1802, a paz é assinada na cidade de Amiens.

Com isso, Bonaparte honrara a fé depositada nele pelos franceses. Finalmente, a paz retornava ao lar dos franceses. Mas, por quanto tempo?[10]

Muito rapidamente, logo que é encerrada a tripla pacificação, Bonaparte revela por completo sua ilimitada ambição pelo poder. Com uma popularidade extremamente elevada, ele vai revelando cada vez mais sua personalidade despótica quando propõe a transformação do Consulado Decenal em Consulado Vitalício, em meados de 1802 — proposta acoplada à sugestão de novo reforço dos poderes do Executivo em relação ao Legislativo.

No plano internacional, a "paz de Amiens", fundada na colaboração franco- britânica, não chegaria a completar quinze meses de vida. De fato, essa foi apenas uma pausa para a retomada enérgica da política externa de construção da "Grande Nação" francesa, levada a cabo entre 1794 e 1799.

Durante a pacificação, a França expressa claramente seus desejos de expansão colonial, de concorrência marítima com a Inglaterra, fato que obviamente inquietava a "grande senhora dos mares".

Concomitantemente, Bonaparte explicita suas reais intenções para com as "Repúblicas irmãs". Por um lado, com sua eleição para a presidência da recém- formada República Italiana — nova denominação dada à República Cisalpina. Por outro lado, com a incorporação do Estado do Piemonte à República Francesa, e sua divisão em seis departamentos.

A essa intervenção na Itália, seguiriam-se outras tantas nas demais Repúblicas

irmãs: na República da Helvécia (Suíça) e na República Batava (Holanda), principalmente. Mas aquilo que maior indignação gerou entre as potências européias

— em especial, a Inglaterra — foi a intervenção francesa nas questões alemãs e na bacia mediterrânea.

Não restavam mais dúvidas. Com a agressiva política externa implementada por Bonaparte, a retomada da guerra era inevitável.

Ademais, agindo como "fiel discípulo" de Maquiavel, Bonaparte soube como ninguém "agir de acordo com as circunstâncias", mesclando, como só os grandes líderes sabem fazer, "oportunismo político" e "grande política". Assim, se com a conquista da paz ele se tornou cônsul vitalício, com o reinicio da guerra o homem vindo da Córsega transforma-se em imperador.

De maneira acelerada, revelava-se por completo a grande novidade advinda com o Consulado (e, principalmente, com o Império): a França do general Bonaparte, transformado em imperador Napoleão I, não se limitava mais a buscar a "fronteira natural" francesa na direção do Reno, Alpes e Pirineus — agora, ela deveria ser buscada por todo o continente europeu.[11]

Ao realizar a ultrapassagem desses três limites espaciais na direção de toda a Europa, Bonaparte tornava-se cada vez mais Napoleão, e a República francesa, cada vez mais um Império. Como que a encerrar toda uma seqüência de ciclos monárquicos e republicanos anteriores, a França napoleônica se assume plenamente como um Império, um novo Império, no qual as anexações de territórios seguem uma lógica própria. Orientada pelos interesses estratégicos da França e pelas ambições pessoais de Napoleão Bonaparte, o tempo das idas e vindas entre busca das "fronteiras naturais" no Reno, Alpes e Pirineus, por um lado, e, reconhecimento da "soberania dos povos", por outro, fica definitivamente para trás. Os novos

tempos napoleônicos são de extensão irrestrita dos limites das “fronteiras imperiais”, tempos de conquista imperial, tempos de expansão imperialista.

Entretanto, para realizar de maneira vitoriosa este projeto de expansão das suas “fronteiras naturais” rumo às novas “fronteiras imperiais”, Napoleão necessitava de uma instituição solidamente coesa capaz de difundir o medo por todas as terras por onde passasse e formada por homens dispostos a dar a vida em nome da causa da Revolução e da nação francesa. Napoleão necessitava de novo exército, um Grande

Exército.

O GRANDE EXÉRCITO

A formação de um exército novo — construído sob uma perspectiva mais democrática, com uma hierarquia mais móvel e aberta aos setores mais subalternos da sociedade — não foi uma invenção dos revolucionários franceses. Em meio à Revolução Inglesa de 1640, o deputado Oliver Cromwell e o general Thomas Fairfax já haviam levado a cabo uma experiência revolucionária de remodelação do Exército Real, dando vida a um Exército de Novo Tipo (*New Model Army)*, uma corporação de onde foram excluídos do cornando todos os lordes e a maioria dos deputados, e cuja tônica organizacional passou a ser o valor e mérito pessoais dos soldados.

O Exército de Novo Tipo inglês não era mais um exército formado por mercenários recrutados nas prisões ou entre arruaceiros de toda espécie, mas sim uma corporação em grande medida constituída de voluntários. Ele era o povo comum em uniforme — o povo em armas —, no qual a liberdade de organização e discussão vinha propiciando uma rápida conscientização política dos seus membros, transformando-o numa verdadeira incubadora de idéias radicais.

No decorrer da Guerra Civil, travada entre o Parlamento e o rei, os soldados sempre estiveram dispostos a lutar contra Sua Majestade, mas após a derrota das tropas reais de Carlos I, em Naseby, no ano de 1645, sua radicalidade foi crescendo de tal forma que o próprio parlamento começou a temer pela sua integridade. A ameaça de um exército democrático cada vez mais próximo das propostas igualitaristas do grupo político dos *niveladores sociais* ingleses rondou a Inglaterra até que, em 1649, seus regimentos mais radicais foram esmagados por aqueles que achavam que a Revolução já havia ido longe demais.[12]

Porém, se a experiência original do Exército de Novo Tipo inglês não ultrapassou a "infância", o mesmo não se deu com aquele exército que viria a ser considerado imbatível por quase duas décadas: o Grande Exército francês (*Grande Armée)*.

Enquanto a Europa dos soberanos continua a fazer uso de tradicionais métodos

militares como a utilização de exércitos profissionais muito bem treinados e pouco numerosos, a França revolucionária começa a adotar meios inovadores e mais eficazes. Entra em cena de forma inédita um exército formado a partir do recrutamento de toda uma nação, assentado em massas mobilizadas e motivadas.)

O espírito da Revolução sempre esteve presente no âmago do exército francês, sendo este a parte da nação mais vinculada à luta contra o Antigo Regime. Nele, a bravura contava mais que o saber como instrumento de ascensão hierárquica, critério condizente com um exército que nunca parava na caserna, vivendo do combate no *front*.

Nada mais diferente do exército francês pré-1789. Baseada numa rígida separação entre, por um lado, soldados que se alistavam em função de uma vida miserável e, por outro lado, oficiais em sua totalidade pertencentes aos quadros da nobreza, a estrutura do exército regular do Antigo Regime teve curta sobrevida no pós-1789. Ainda que as tropas herdadas do exército monárquico se destacassem pelo treinamento da arte militar, faltava-lhes o

fundamental para a defesa de um país que precisava cada vez mais se proteger dos inimigos internos e externos: a vontade política revolucionária, a consciência de que se lutava para transformar a história.

Assim, no decorrer de 1791/92, a nova ordem política começa a gerar novo exército — um exército de voluntários, recrutados nas mais variadas categorias sociais, e capaz de resguardar a pátria dos seus adversários. Entretanto, para que esse novo exército revolucionário se transformasse no Grande Exército que Napoleão Bonaparte comandou nas guerras travadas até 1815 foram necessárias duas medidas.

Em primeiro lugar, através da "lei do amálgama", de 21 de fevereiro de 1793, é instituída a fusão entre o velho batalhão de tropas regulares (envaidecidos pelas suas aptidões técnicas) e o novo batalhão de voluntários (orgulhosos do seu entusiasmo pela Revolução). Com essa medida, o exército francês mesclava capacidade técnica e disposição ideológica.

Em segundo lugar, depois de iniciativas nem sempre bem-sucedidas, por meio da "lei Jourdan", de 5 de setembro de 1798, é declarado permanentemente obrigatório o serviço militar dos jovens entre os 18 e 24 anos. Com essa imposição legal, o exército francês tornava-se um exército de massa, um exército baseado cada

vez mais no recrutamento forçado devido ao declínio dos alistamentos espontâneos, mas que mantinha cuidadosamente o discurso do voluntariado.[13]

Juntos, esses três elementos (técnica, entusiasmo e número) foram decisivos, ainda que não exclusivos, na série quase ininterrupta de vitórias obtidas pelos franceses nas campanhas e batalhas terrestres até 1812.

Assim, a esses três elementos, devem ser acrescidas duas outras características centrais do Grande Exército francês.

De um lado, a impressionante juventude dos quadros militares franceses, fato facilmente constatável pela simples observação da data de nascimento de quatro dos seus mais destacados generais: Napoleão Bonaparte (1769), Joachim Murat (1767), Michel Ney (1769) e Louis Davout (1770). Se quando da explosão revolucionária, em 1789, giravam em torno dos 20 anos, no momento da eclosão das Guerras Napoleônicas, em 1803, não passavam dos 36. Definitivamente, esse era um exército de jovens. Tal fato explica, em parte, porque "no que tange à organização improvisada, mobilidade, flexibilidade e acima de tudo pura coragem ofensiva e moral de luta, os franceses não tinham rivais".[14]

De outro lado, sobre um corpo de soldados altamente politizados, verdadeiros soldados-cidadãos, foi aplicada uma estratégia de guerra de fato revolucionária, considerada a grande contribuição dos exércitos franceses ao desenvolvimento das estratégias a serem utilizadas nos campos de batalha modernos.

O ponto central da estratégia do Grande Exército francês consistia na utilização da massa de soldados como um corpo coeso capaz de movimentar-se com o máximo de velocidade em seus deslocamentos, recorrendo sempre à ofensiva como elemento-surpresa — uma ofensiva pautada decisivamente na força da infantaria, na luta travada corpo a corpo, tendo como arma fundamental a baioneta.

Nas Guerras que acabaram entrando para a história com seu nome, Napoleão sempre teve

como objetivo fazer com que, através do deslocamento rápido das suas tropas para uma posição estratégica, o exército inimigo fosse atraído para uma guerra de grandes proporções. Em se destruindo as forças contrárias — fato comum até o desastre da Campanha Russa, em 1812 —, ocupava-se sua capital impondo-lhe os termos de uma paz quase sempre humilhante para os derrotados.

Para alcançar esse objetivo, a velocidade dos deslocamentos dos seus exércitos era algo essencial. Eram esses velozes deslocamentos que conseguiam inverter a correlação de forças entre os dois contendores. Não foram poucas as ocasiões em que os exércitos napoleônicos se anteciparam de maneira surpreendente à mobilização e posicionamento de exércitos inimigos muito superiores em termos numéricos.

A velocidade também esteve presente de forma efetiva nas ocasiões em que o Grande Exército teve de lutar contra mais de um exército adversário. Porém, nessas circunstâncias, a velocidade era complementada pela iniciativa de combater os vários exércitos separadamente, antes que pudessem se unir num único corpo organizado, antecipando-se assim a uma certeira condição de inferioridade numérica. Tal estratégia foi de fundamental importância na luta contra os vários exércitos coligados que se formaram, sob o comando da Inglaterra, a fim de derrotar primeiro a Revolução Francesa e depois o Império Napoleônico.

A grande inovação dos exércitos napoleônicos não se deu no plano da tática. Aqui, os movimentos clássicos eram amplamente reproduzidos de acordo com as circunstâncias: cercos, ataques pela retaguarda e emboscadas.

Como dito acima, a inovação do Grande Exército se deu no campo da estratégia, com o “simples” plano de atacar sempre, manter-se na ofensiva em todas as ocasiões. Isso, por intermédio de um procedimento geral não muito padronizado: em primeiro lugar, uma imensa barragem de artilharia formada por canhões postados o mais próximo possível das linhas inimigas; em segundo lugar, atrás dos canhões, uma cavalaria pronta para atacar sobre os pontos mais débeis dos adversários depois que os disparos de canhão cessassem; por fim, a finalizar a refrega, o avanço da infantaria, essencial para a dominação e conservação do campo de batalha, em um acelerado passo, impulsionada pelo rufar dos tambores, pelo toque dos clarins e pelos gritos de guerra ensaiados.

Formada por uma “velha guarda” composta pelos infantes mais experientes e por uma “jovem guarda” integrada pelos melhores recrutas de cada ano, a infantaria francesa fez história, ainda que, depois da instauração do Consulado e do Império na França, a serviço de um projeto eminentemente despótico e expansionista.[15]

Contra tal projeto, cerca de 15 anos de guerras quase ininterruptas foram combatidas no continente europeu, tendo sido formadas cinco coligações de países antinapoleônicos. No decorrer desse período, a França deixa progressivamente de ser a República da Liberdade para transformar-se no Império da Opressão; o que eram Repúblicas irmãs viram Estados vassalos. Em poucas palavras, a Guerra da Revolução Francesa torna-se a Guerra do Estado francês.

DE AUSTERLITZ AO BLOQUEIO CONTINENTAL

O pretexto para o início da longa seqüência de guerras que se arrastaria até 1815 dá-se na passagem de 1802 para 1803. Então, diante da expansão cada vez maior da França no mar Mediterrâneo, a Inglaterra recusa-se a fazer cumprir um artigo do Tratado de Amiens que a obrigava a retirar suas tropas do arquipélago de Malta, em prol da ordem de São João de Jerusalém.[16] Como nenhuma das duas partes cogitou voltar atrás nas suas posições, a guerra entre França e Inglaterra recomeça a 12 de maio de 1803, com a ordem para que o embaixador inglês deixasse Paris.

Por detrás do pretexto encontrado em torno da questão de Malta, no entanto, encontrava-se um problema de fundo, de amplitude incomparavelmente maior. Para os ingleses, era inconcebível que se lhe tirassem a liberdade de movimentação nos oceanos, ameaçando, com isso, seus interesses comerciais marítimos. Em suma, sua vontade de fazer a guerra, ou de manter a paz, era, em grande medida, um problema de ordem econômica, que girava em torno da manutenção, ou não, do seu poder marítimo. Muito mais que ambições territoriais, a Inglaterra desejava o controle dos mares, pois, por meio disso, alcançaria o predomínio comercial não apenas no comércio europeu, mas também no comércio colonial e ultramarino. Dessa forma, quando a ameaça francesa a esse poder desponta no horizonte, o reinicio da guerra faz-se necessário.

De outra parte, a fim de preparar-se para o longo conflito que se aproximava, Bonaparte dá sua última cartada rumo à instalação de uma ditadura pessoal. Em 2 de dezembro de 1804, na Catedral de Notre-Dame, com a tenra idade de 35 anos, é coroado imperador da França, recebendo a coroa das mãos do próprio papa Pio VII. A revolução que acabara com o Antigo Regime volta a ter de conviver com o princípio da hereditariedade.

O agora imperador Napoleão I tinha plena ciência de que, para fundar o

Império francês, era necessário dominar a Europa. Mas, para que isso ocorresse, primeiro teria de demonstrar a superioridade do seu Grande Exército em relação à poderosa Marinha britânica.

Em linhas gerais, o plano de Napoleão consistia em desembarcar suas tropas terrestres nas ilhas britânicas, através de um rápido deslocamento das suas forças navais, auxiliadas pela Marinha da aliada Espanha. Juntas, as naves franco- espanholas surpreenderiam a frota inglesa na travessia do canal da Mancha. Ocupada Londres, pensava Napoleão, o exército inglês seria derrotado em questão de dias.

Porém, o sonho napoleônico de desembarcar seu Grande Exército em Londres desapareceu para sempre depois da arrasadora vitória inglesa na Batalha de Trafalgar, em 20 de outubro de 1805. Sob o comando do lendário almirante Nelson, 27 navios ingleses dispostos de maneira inovadora em colunas, e não na tradicional formação em fila, destruíram 18 embarcações francesas e 15 espanholas comandadas pelo almirante Villeneuve. A manobra vitoriosa de Nelson — capaz de reverter a superioridade numérica do inimigo — consistiu em atacar a frota franco-espanhola furando sua linha no centro, com o intuito de isolar os navios uns dos outros, assaltando-os depois bem de perto, em certos casos até mesmo através da

tática da abordagem.

Apesar de morto em combate, Nelson conseguiu reduzir a pó os esforços franceses de construção de uma marinha minimamente preparada para as batalhas navais com os ingleses. Entretanto, a desforra dos franceses não tardaria a acontecer em terra, e, como em Trafalgar, de maneira arrasadora.

Não dispondo de um exército que fizesse frente ao francês, a Inglaterra sempre procurou construir coalizões antinapoleônicas com aquelas monarquias temerosas em relação à expansão da Revolução Francesa, com intuito de lançar seus exércitos em conjunto — com o devido apoio financeiro inglês — contra o Grande Exército francês. Entre 1792 e 1797 (Primeira Coalizão) e entre 1798 e 1801 (Segunda Coalizão), a Inglaterra já havia tentado, sem êxito, derrotar a Revolução Francesa dessa maneira. Em 1805, mais uma vez, os britânicos recorreram a essa fórmula, e, também dessa vez, sem a obtenção de êxito.

Baseada no eixo russo-austríaco e com a participação do Reino de Nápoles e da Suécia, a Inglaterra constituiu uma Terceira Coalizão, em agosto. Então, antecipando-se aos fatos e colocando em prática a estratégia de esmagar as forças coligadas antes que elas se reunissem, Napoleão entra em Viena em 13 de

novembro. Alguns dias depois, na comemoração de um ano da sua coroação como imperador hereditário, em 2 de dezembro de 1805, Napoleão impõe aos coligados aquela que é considerada sua maior vitória. Contra 80 mil russos e 25 mil austríacos, 75 mil franceses vencem a Batalha de Austerlitz, forçando o imperador da Áustria, Francisco II, a assinar um tratado de paz humilhante.

Assistida pelos imperadores da França, Áustria e Rússia, a Batalha de Austerlitz acabou por se tornar, para Napoleão, um misto de sagração imperial e apogeu do estrategista militar. Conhecida também como a Batalha dos Três Imperadores, Austerlitz teve como armamentos básicos: os fuzis adaptados com baionetas em suas pontas (infantaria), os sabres (cavalaria) e os canhões com caixa de munição do sistema desenvolvido pelo general Gribeauval, na década de 1770 — armamento que seria utilizado durante todo o período das Guerras Napoleônicas, tendo sido mantido em uso até as décadas de 1820 e 1830.

No entanto, a fazer a distinção entre vitoriosos e derrotados nessa batalha estava a astúcia militar do general/imperador eternizado na sua montaria branca. Como num jogo de xadrez, inicialmente Napoleão retirou suas tropas da posição de ataque dos exércitos austro-russos rumo à Viena, como se estivesse recuando do enfrentamento. Enquanto os exércitos inimigos chegavam às proximidades do platô de Pratzen, Napoleão preparava um segundo lance com o intuito de demonstrar a fraqueza das suas tropas: o envio de um emissário a Alexandre I, da Rússia, para tomar conhecimento das suas exigências.

Então, quando austríacos e russos imaginavam-se donos da situação, Napoleão ordena que suas forças militares partam para o ataque tomando o platô de Pratzen de assalto. O desastre foi completo para os adversários dos franceses. Mas o pior ainda estava por vir. Num terceiro e decisivo movimento, diante da insistência de lutar até o fim contra os exércitos napoleônicos, as forças russas são atraídas para os lagos congelados da região. E eis que, numa tacada de mestre, Napoleão ordena que sua artilharia bombardeasse as camadas de gelo, fazendo com que os soldados russos e suas armas afundassem para a morte nas águas geladas do Leste europeu.

A essa altura, a contenda entre França e Inglaterra (com o apoio dos seus aliados) parecia empatada: uma grande vitória na terra para a primeira e uma igualmente grande vitória no mar para a segunda. Assim, as batalhas de Trafalgar e Austerlitz assinalam não apenas o início de nova fase das Guerras Napoleônicas, mas também a atualização histórica do clássico conflito bélico entre “potências continentais” e “potências marítimas”. Herança da luta entre Atenas (cidade

comercial e democrática) e Esparta (cidade militar e aristocrática), entre 431 e 404 a.C., na Guerra do Peloponeso, tal distinção fez-se presente outra vez mais na disputa entre Inglaterra e França, ainda que com destinos diferenciados para “senhores das terras” e “senhores dos mares”.

Derrotados os austríacos em Austerlitz, Napoleão dá início à construção de uma rede de novos Estados vassalos a fim de se defender dos russos com uma espécie de cinturão territorial de proteção: nasce a Confederação do Reno.

Separando a Confederação do Reno do Império Russo, ainda em guerra com a França, encontrava-se a Prússia, a única das potências européias a ainda não tomar parte do conflito. Porém, após alianças feitas e desfeitas com franceses e ingleses, num curtíssimo período, uma guerra-relâmpago é empreendida pelo Grande Exército contra o também poderoso exército prussiano. Uma Quarta Coalizão é formada sob a liderança dos ingleses, mas em 15 dias a destruição das tropas inimigas dos franceses se repete nas Batalhas de Iena e Auerstaedt, sendo a capital Berlim ocupada em 27 de outubro de 1806.

Fechando esse primeiro ciclo de batalhas, em 7 de fevereiro de 1807, em Eylau, o exército russo, somado aos restos das tropas prussianas, trava um conflito mortífero com as tropas francesas. Sem vencedores nem vencidos, a melhor opção encontrada por ambos os lados foi a conclusão de um armistício (a Paz de Tilsit), em 25 de junho, que representou um esboço da partilha da Europa entre os dois grandes impérios, o francês e o russo.[17]

Isolada a Inglaterra e sendo impossível para os franceses derrotá-la no mar, restava a opção do estabelecimento de uma “batalha econômica”. Desde novembro de 1806, após a tomada de Berlim, Napoleão firmara um decreto ampliando as proibições de comercialização com a Inglaterra para todos os países aliados ou ocupados, ou seja, Espanha, Itália, Suíça, Holanda, Dinamarca e Alemanha, tendo a Rússia se comprometido a aplicar o decreto na Paz de Tilsit. Entrava em cena o “Bloqueio Continental”.

Todavia, para que este alcançasse êxito, era necessário que sua aplicação se desse com rigor em todo o continente sem nenhuma espécie de brecha. Mas a brecha existia e chamava-se Portugal, que insistia em se manter ligado economicamente à Inglaterra.

A fim de resolver a insubordinação portuguesa, Napoleão atravessa a Espanha tomando facilmente Lisboa, no final de novembro de 1807. Temendo pelo pior, a família real portuguesa foge para o Brasil, onde viria a instalar a Corte. Agora, era a

Península Ibérica inteira que se encontrava sob o poder francês.

Nada mais contentava a política expansionista de Napoleão. Conquistada a Península Ibérica, não restava outra coisa a não ser desafiar diretamente o poder do papa. Assim, em fevereiro de 1808, pouco tempo antes de a família real portuguesa desembarcar em solo brasileiro, Roma é invadida: Pio VII não é nada mais que uma sombra.

Completando o quadro asfixiante para a Inglaterra, uma Quinta Coalizão entra em falência depois de mais uma derrota dos exércitos austríacos, na Batalha de Wagram, em julho de 1809. O expansionismo napoleônico alcançava o seu ponto mais elevado.

Dessa forma, em 1810 e 1811,o Império francês alcança sua maior extensão territorial, contando com 130 *departamentos* (a forma político-administrativa de divisão do território francês). Ao seu redor, a formar o Grande Império estrutura-se uma miríade de Estados vassalos governados por parentes de Napoleão ou por príncipes estrangeiros. Além disso, a reforçar a sensação de que a Inglaterra se encontrava completamente isolada, a França conseguiu edificar uma rede de alianças que incluía a Rússia, Dinamarca, Suécia e, até mesmo, a Áustria, resultado de uma operação diplomática através da qual Napoleão se divorcia de sua primeira mulher, Josefina, casando-se em seguida com a filha do imperador austríaco, Maria Luísa, com quem teria um filho: Napoleão II, o famoso *Aiglon* (o "filho da águia").

Em suma, Napoleão conseguira construir uma estrutura de poder formada por três círculos concêntricos: o Império com seus 130 departamentos; o Grande Império com seu conjunto de Estados vassalos reunidos sob a forma de uma federação imperial; e o Sistema Continental com todos os seus Estados aliados.[18]

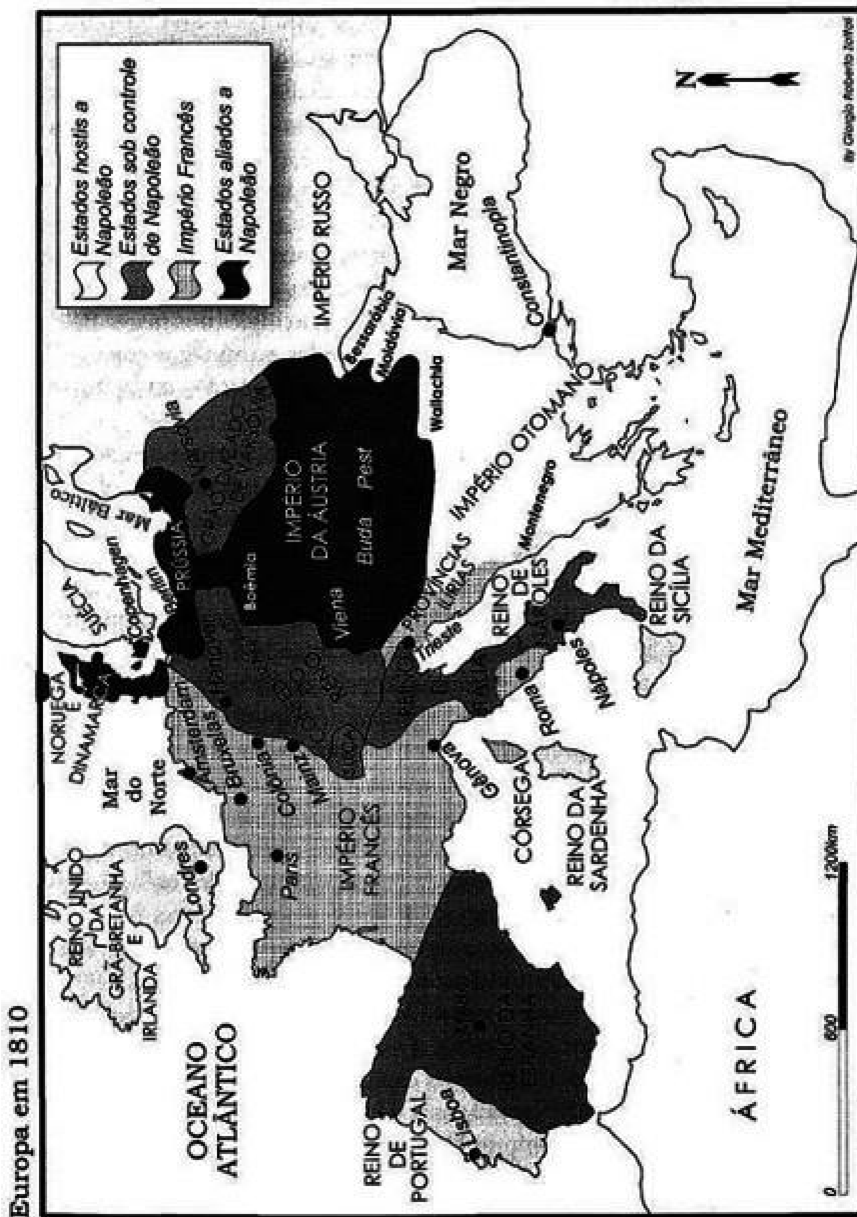
Todo o continente europeu parecia estar sob o domínio napoleônico, mas por quanto tempo?

DA CAMPANHA RUSSA A WATERLOO

No meio das sucessivas vitórias alcançadas pelo Grande Exército francês até 1811, algo de diferente começou a despontar, minando muito lentamente sua condição de força imbatível. Em alguns países ocupados, movimentos de resistência popular são formados, rompendo com a tradicional marca dos exércitos rivais dos franceses. Isto é, no lugar de exércitos mercenários compromissados com o Antigo Regime e desprovidos de uma vontade política ou força moral, surgem forças progressistas inspiradas pelas idéias de nação, liberdade e igualdade, dispostas a

lutar por uma constituição livre da influência francesa..

Assim, entre 1808 e 1812, os espanhóis travam feroz guerra contra o ocupante francês. Iniciada em maio com um movimento insurrecional que se



alastra por todo o território espanhol, a revolta popular contra os soldados franceses foi responsável pela maior derrota imposta ao Grande Exército desde o início das Guerras

Napoleônicas: a Capitulação de Bailén, em 21 de julho de 1808, quando 10 mil soldados franceses cercados por 40 mil espanhóis depuseram as armas em campo aberto.

Com esse precedente, caiu por terra o mito da invencibilidade do exército francês, encorajando assim todos os movimentos de resistência nacional e as tentativas de insubordinação contra os ocupantes franceses. Somado ao fracasso do Bloqueio Continental imposto contra a Inglaterra — esgotado rapidamente a partir de 1809 em função da retomada do comércio inglês nos mares Báltico e do Norte, por um lado, e com os Estados Unidos e inúmeras colônias da América espanhola e portuguesa, inclusive o Brasil, por outro —, a Capitulação de Bailén assinala o germe da reviravolta na guerra.

Mas, ainda em 1811, Napoleão achava-se imbatível e capaz de em muito pouco tempo derrotar a "aliada" Rússia e a inimiga visceral Inglaterra, conturbada em função de grave crise de natureza socioeconômica que se agravava. Todas as circunstâncias pareciam-lhe favoráveis para empreender uma gigantesca campanha militar contra o czar Alexandre.

Então, a 24 de junho de 1812, um impressionante exército composto de algo em torno de 650 mil homens, de 20 nações, falando 12 línguas, dá início à longa marcha sobre a Rússia, encontrando pelo caminho imensas planícies desertas, totalmente queimadas pelos *mujiques* (camponeses pobres) russos. Diante dessa política deliberada de terra arrasada, um esfomeado exército napoleônico entra em 14 de setembro numa Moscou em chamas, com um czar não disposto a qualquer espécie de negociação.

Diante disso, e com a sombria perspectiva de aproximação do rigoroso inverno russo, Napoleão ordena a retirada dos seus já esgotados exércitos. Esse retorno passaria a ser lembrado como um dos maiores desastres da história militar mundial. Cercados pelos exércitos russos, com um suprimento de víveres totalmente inadequado e sob um frio precoce de -20° C, apenas 100 mil conseguiram ultrapassar a fronteira russa. Do total de mortos, apenas um quinto havia morrido nos campos de batalha. O restante padecera de fome, frio, doenças, exaustão, além

dos desertores e capturados.

Na verdade, o mito de que Napoleão teria sido derrotado pelo "General Inverno" foi, em grande parte, obra do próprio Napoleão a fim de justificar sua gigantesca derrota. Gigantesca derrota essa, diretamente proporcional a sua ilimitada ambição. Ademais, nas intermináveis planícies russas, a revolucionária estratégia da ofensiva veloz era completamente inócua, e tal fato foi muito bem percebido pelo marechal Kutuzov, comandante das tropas russas. Depois de derrotado no avanço do Grande Exército, Kutuzov "recorreu ao tempo, ao espaço e ao clima como aliados para exaurir Napoleão, como uma alternativa a derrotá-lo em combate". Com o auxílio dessas "forças naturais", restava apenas perseguir as esgotadas tropas napoleônicas transformadas em verdadeiros "farrapos humanos".[19]

Desde então, a situação do Império Francês e do poder napoleônico entra em declínio acelerado. Por um lado, na volta da desastrosa Campanha Russa, Napoleão teve de concentrar suas energias na repressão à tentativa de golpe de Estado encabeçada pelo general Malet. Por outro lado, a partir de junho de 1813, teve mais uma vez de se contrapor militarmente a uma coligação de países inimigos. Dirigidos pela velha rival Inglaterra, Prússia, Rússia e Áustria formam a Sexta Coalizão antinapoleônica.

Diante da recusa da proposta de paz feita pelos coligados, não restou alternativa a não ser o campo de batalha. E, mais uma vez, dois gigantescos exércitos entram em choque nos arredores de Leipzig, entre 16 e 18 de outubro. Na "Batalha das Nações", 320 mil soldados da Sexta Coalizão derrotam 160 mil franceses, passando diretamente à ofensiva sobre o território francês.

Dessa vez, porém, cansados das guerras ininterruptas patrocinadas por um imperador que se revelara tirano, os franceses não se mobilizam para defender a nação. Iniciada em dezembro de 1813, a Campanha da França termina com a Capitulação de Paris, em março de 1814. Resignado com a situação, não restava a Napoleão outra coisa a fazer que não abdicar. Em 6 de abril, a Europa estava temporariamente livre da Águia, enviada pelos aliados para a ilha de Elba.

Mas, como uma fênix que renasce das cinzas, Napoleão regressa de forma fulminante à França a partir de 26 de fevereiro de 1815, apoiado pelo marechal Murat. Numa verdadeira epopéia que contou com um desembarque em território

francês, no golfo Juan, em 1º de março, e longa marcha através de Lyon, Napoleão entra em Paris, no dia 20, ainda com a simpatia popular e forte reconhecimento dos membros do exército, incluindo-se aí até mesmo aqueles que o haviam abandonado, como o marechal Ney. Isso, com o intuito de destronar Luís XVIII, rei Bourbon exilado na Inglaterra há cinco anos, que assumira o posto deixado vago com a abdicação de 6 de abril.

Como de hábito, o retorno foi fulminante, expulsando Luís XVIII e obrigando pela sétima vez as nações antinapoleônicas a formarem uma coalizão. Então, liderados pelo general Wellington, os exércitos ingleses, auxiliados pelas tropas prussianas, derrotam definitivamente aquilo que restava dos exércitos napoleônicos, na Batalha de Waterloo, na Bélgica, em junho de 1815. Era o ponto final das Guerras Napoleônicas.

Exilado na ilha de Santa Helena, Napoleão teria um trágico fim de vida até a sua morte em 1821, aos 52 anos. Apesar disso, é inquestionável a constatação de que sua biografia se cruza com a própria história dos quase 25 anos que sacudiram o continente europeu, na passagem do século XVIII para o século XIX. Talvez mais do que qualquer outro personagem da história contemporânea, Napoleão Bonaparte tem sua vida cruzada com a guerra, já que ele nasceu da guerra, chegou ao poder por meio da guerra, manteve esse poder por meio da guerra e o perdeu por meio da guerra. Por isso, ele estava condenado a nunca fazer a paz, e se o fez, foi pensando na retomada breve da guerra.

Como seu destino acabou se cruzando com a história da França e de todo o continente europeu, para o bem e para o mal, enquanto Napoleão Bonaparte teve o poder ao seu lado, a guerra se fez presente de maneira constante entre seus povos.

Em suma, Napoleão Bonaparte tinha plena consciência de que sua ditadura era oriunda da guerra e sobre ela se fundamentava. Por isso, a paz só retornaria ao continente europeu com sua derrota definitiva.

Mas, de toda a destruição ocasionada por um quarto de século de guerras — das travadas em torno da defesa da Revolução Francesa e das disputadas em torno da expansão do Império Napoleônico —, o que restou como herança para o mundo novo que se abria no século XIX? Que novo século é este que se inaugura com o desaparecimento da Águia napoleônica?

AS HERANÇAS DA GUERRA

Com a derrota final de Waterloo e a segunda abdicação de Napoleão depois do Governo dos Cem Dias, em 22 de julho, a experiência do expansionismo imperial francês chega ao fim com uma situação de desastre nacional. Porém, por mais catastrófica que tenha sido a derrota, ela não conseguiu anular aquela que talvez tenha sido a principal obra do Império Napoleônico, apesar das graves contradições presentes no seu projeto.

Não obstante seu despotismo, a empresa napoleônica conseguiu espalhar por todo o mundo ocidental os princípios fundamentais da Revolução, em grande parte graças à difusão do seu Código Civil. A retomada das idéias centrais da Revolução após o fechamento do ciclo restaurador da ordem política monárquica na Europa, entre 1815el830, está a comprovar seu enraizamento nas consciências e instituições ocidentais.

Na verdade, até mesmo a Restauração do princípio monárquico guardou certa dose de respeito pela obra revolucionária, resguardando-se do papel de destruição da arquitetura social e política construída pela Revolução, exatamente devido ao recuo feito por Napoleão em relação aos pontos mais radicais presentes no ideal revolucionário, ou seja, a luta pela igualdade política e social.

De fato, a luta entre as "forças da transformação" e as "forças da conservação" tem continuidade mesmo após as derrotas napoleônicas, entre 1812el815,e a conseqüente constituição do Congresso de Viena, que reuniu os representantes das dinastias reais européias, em 1814 e 1815, com o intuito de restaurarem seu poder político fortemente abalado a partir de 1789.

Dentro desse contexto, a reação conservadora que se segue a Waterloo teve de se debater com duas ideologias que saíram extremamente reforçadas dos quase 25 anos de guerras pós-1789, e, mais ainda, do ciclo de Guerras Napoleônicas: o liberalismo e o nacionalismo.

Entre 1815 e 1830, o desejo dos soberanos destronados pela Revolução e por Napoleão — retornados ao trono sob o espírito restaurador de Viena — era fazer triunfar completamente o pensamento contra-revolucionário e as estruturas do

Antigo Regime. No entanto, um retorno dessa espécie já não era mais possível diante do que já havia sido realizado com o auxílio decisivo das balas de canhão e das baionetas: por intermédio dos Códigos Napoleônicos, "a servidão é abolida, os privilégios suprimidos, a mão-morta eclesiástica[20] desapareceu". Além disso, "a igualdade civil de todos diante da lei, diante da justiça, diante dos impostos, para o acesso aos cargos públicos e administrativos, é agora a regra para boa metade da Europa".[21]

Assim, os 15 anos de domínio do Congresso de Viena, entre 1815 e 1830, representaram uma solução de compromisso entre os "ultras" adeptos de uma restauração integral e os "liberais" que não aceitavam a idéia do fim da experiência revolucionária. A mediar esse compromisso nem sempre estável, encontra-se a fórmula mágica da monarquia constitucional — espaço dos múltiplos conflitos que ocorrerão até as explosões revolucionárias nacionalistas e liberais de 1830 e 1848.

Grande vitoriosa do conflito contra Napoleão, a Inglaterra foi uma das principais

responsáveis pela difusão do pensamento liberal pelo continente europeu, saindo do longo ciclo de guerras contra a França de posse de um poder político e econômico incomparável, passando a assumir o posto de nação mais poderosa do planeta no século XIX. Isso, firmemente assentada nos princípios filosóficos elaborados, no século XVII, por John Locke (liberalismo político) e, no século XVIII, por Adam Smith (liberalismo econômico) — princípios que se encontram, por um lado, na defesa do mercado e da propriedade privada como instituições intocáveis, não passíveis de sofrerem nenhuma espécie de regulação externa, e, por outro lado, na apologia da preservação das liberdades e garantias individuais diante das tentativas tirânicas do aparelho estatal.

Dessa forma, a grande premiação recebida pelos ingleses (principais vitoriosos das Guerras Napoleônicas) em virtude da sua persistente resistência ao expansionismo francês foi ter-se tornado a primeira economia do mundo no século XIX, com um capitalismo extremamente dinâmico e arrebatador. Uma nação capaz de ter um domínio sobre o mundo só comparável às experiências históricas da Antiguidade.

Ademais, coube ao Império Britânico (nação plenipotenciária do século XIX) a difusão da fórmula política sacramentada na Revolução Gloriosa de 1688: a

monarquia constitucional. Pensada como o único meio possível de garantir de maneira absoluta a segurança da propriedade, a monarquia constitucional chegaria aos nossos dias incorporando até mesmo os princípios da igualdade política e social.

Entretanto, à época, a fórmula da monarquia constitucional representava o antídoto ideal para os supostos males igualitaristas causados pela República com sufrágio universal. Com isso, a monarquia constitucional conseguiria catalisar as forças de uma burguesia cada vez menos revolucionária e cada vez mais temerosa do avanço político dos trabalhadores industriais das grandes cidades em formação.

Com o liberalismo, o nacionalismo foi a segunda grande mola propulsora de todas as ondas revolucionárias que se levantaram contra a reação imposta pelo Congresso de Viena, até a irrupção da revolta popular da Comuna de Paris, em 1871, quando a ideologia socialista começa a ocupar o posto de matriz revolucionária central das "forças da transformação", pondo em cena a preocupação com a resolução da "questão social", através da retomada dos princípios igualitaristas antecipados pelos jacobinos nos curtos anos da Convenção Republicana.

Em verdade, sendo uma das filhas mais disputadas da Revolução Francesa, a ideologia nacionalista atravessou todas as três grandes ondas revolucionárias da Europa, entre 1815 e 1848, mesclando-se progressivamente aos ideais democráticos de igualdade política, centrados na luta pelo sufrágio universal e pela liberdade de associação: a) a mediterrânea (1820-24); b) a irradiada por toda a Europa desde a queda dos Bourbons na França (1829-34); c) a "Primavera dos Povos" (1848).[22]

Em linhas gerais, essas três ondas revolucionárias demonstraram claramente que — além da impossibilidade histórica de fazer renascer o feudalismo e sua estrutura política descentralizada — com a Revolução Francesa e toda a sua enorme seqüência de guerras, havia sido descoberto que a transformação radical da ordem política e social era possível. Os governados/dominados passam a conviver com o fato de que a resignação era apenas uma

expressão possível perante os governantes/dominantes e não a única. Ao lado dela, e apresentando-se como alternativa subversiva, passa a dar sinal pleno de vida a idéia de Revolução, sob a forma típica da Tomada da Bastilha, em 14 de julho de 1789, e das lutas nas barricadas que atravessaram grande parte da cena histórica do século XIX — ou seja,

sob o modelo insurrecional explosivo: "uma nova experiência que revelava a capacidade do homem para a novidade."[23]

Na civilização inaugurada, em 1815, após o Congresso de Viena, e encerrada em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial, convivendo de maneira conflituosa com movimentos revolucionários nacionalistas e de trabalhadores, encontravam-se quatro instituições centrais, também envoltas por um ar de novidade histórica: 1) o Estado liberal; 2) o mercado auto-regulável; 3) o padrão internacional do ouro; 4) um sistema de equilíbrio de poder capaz de evitar o desencadeamento de longas e destruidoras guerras entre as grandes potências mundiais.[24]

Por meio desse novo sistema de equilíbrio de poder, "o século XIX produziu um fenômeno sem precedentes nos anais da civilização ocidental, a saber, uma paz que durou cem anos" — "cem anos de paz" em que Inglaterra, França, Prússia, Áustria, Itália e Rússia (recorrentes participantes dos conflitos militares até então) empreenderam guerras entre si apenas durante parcos dezoito meses. Filha de um "pacifismo pragmático", essa longa paz foi, em boa medida, patrocinada pela *haute finance,* o sistema bancário internacional. Não que o capital financeiro internacional fizesse do pacifismo uma profissão de fé. De fato, sua religião girava em torno da perseguição constante da maior soma de lucros e dividendos, e, para alcançá-los, já haviam sido capazes de financiar guerras dos mais variados tipos. Mas, nesse momento, a eclosão de uma guerra generalizada poderia interferir prejudicialmente nos seus valiosos negócios. Isso, até o surgimento de uma ocasião em que a guerra voltasse a ser a solução para nova rodada de lucros.[25]

Quanto a Napoleão Bonaparte — personalidade central dos "25 anos de guerra" atravessados pela Europa, — era inevitável o ódio nutrido contra ele pela maioria dos franceses e europeus em geral, no período imediatamente posterior à derrota de junho de 1815, em virtude dos sofrimentos impostos às nações e aos povos europeus como um todo. Porém, aos poucos, a recordação do homem que havia transposto os Alpes e o Reno vencendo todos os reis da Europa, fazendo tremular a bandeira tricolor da República, começava a se fazer presente outra vez mais, voltando a ser associada, nem sempre corretamente, à Revolução e à libertação das nações oprimidas pelo Antigo Regime. Nos meios intelectuais, a tensão entre o exemplo maior de soldado-cidadão e filho predileto da Revolução, por um lado, e

último dos déspotas esclarecidos e traidor-mor dos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, por outro, começa a inspirar os debates acadêmicos. Mas, entre a gente comum, depois de morta, a Águia nascida na Córsega nunca mais deixaria de sobrevoar os céus da França e da Europa, ainda que na condição de mito.

NOTAS

- Sobre o princípio de Clausewitz e sua inversão crítica pelo filósofo francês Michel Foucault, ver, deste último: Em defesa da sociedade, São Paulo, Martins Fontes, 2002, pp. 22-3.
- Francisco Falcon e Gerson Moura, A formação do mundo contemporâneo, Rio de Janeiro, Campus, 1989, pp. 13-25.
- Eric Hobsbawm, A era das revoluções, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, pp. 15-20.
- Georges Lefebvre, A Revolução Francesa, São Paulo, Ibrasa, 1966, pp. 103-36.
- Ernest Labrousse, *apud* Francisco e Gerson Moura, op. cit., pp. 56-60.
- René Rémond, O antigo regime e a revolução (1750-1815), São Paulo: Cultrix, 1976, pp. 124-7.
- Albert Soboul, A Revolução Francesa, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, pp. 91-7.
- As passagens do decreto de 22 de maio de 1790 e a proclamação de Danton encontram-se em François Dreyfus, O tempo das revoluções (1787-1870), Lisboa, Dom Quixote, 1981, pp. 92 e 94.
- Denis Richet, "A campanha da Itália" , em François Furet e Mona Ozouf, Dicionário crítico da Revolução Francesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, pp. 3-16.
- Jacques Godechot, Europa e América no tempo de Napoleão (1800-1815), São Paulo, Pioneira/Edusp, 1984, pp. 95-108.
    - Denis Richet, "Fronteiras naturais" em François Furet e Mona Ozouf, op. cit., pp. 729-37.
    - Christopher Hill, O mundo de ponta-cabeça, idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 72-86.
    - Alain Forrest, "Exército" em François Furet e Mona Ozouf, op. cit., pp. 557-66.
        - Eric Hobsbawm, op. cit., p. 104.
        - Paul Johnson, Napoleão, Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, pp. 64-89.
        - Firmado em 1802 entre França e Inglaterra, o Tratado de Amiens estabelecia que as forças britânicas instaladas na ilha de Malta desde 1800 deveriam se retirar logo que possível, em favor da ordem religiosa de São João de Jerusalém, fundada em 1099, e instalada em Malta desde 1518. Em contrapartida, as tropas francesas deveriam abandonar os portos do Reino de Nápoles e dos Estados Pontifícios, também ocupados desde 1800.

- Jacques Godechot, Europa e América no tempo de Napoleão (1800-1815), São Paulo: Pioneira/Edusp, 1984, pp. 161-77.

(18) Ibid., pp. 179-93.

- Nigel Nicolson, Napoleão 1812, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987, pp. 246-56.
    - Referência à posição parasitária ocupada pela Igreja Católica no Antigo Regime.
        - René Rémond, O século XIX (1815-1914), São Paulo, Cultrix, 1997, pp. 17-24.
            - Eric Hobsbawm, op. cit., pp. 127-49.
            - Hannah Arendt, Da revolução, São Paulo, Ática, 1990, p. 27.
            - Karl Polanyi, A grande transformação, as origens da nossa época, Rio de Janeiro, Campus, 1980, pp. 23.

(25) Ibid., pp. 23-37.